






## QUEM "INVENTOU" ESSA CRIANÇA TRANS? O CASO DE COY MATHIS E A VISIBILIDADE DE UMA CRIANÇA TRANS NA MÍDIA BRASILEIRA

### Who "invented" this trans child? The Case of Coy Mathis and the visibility of trans children in the Brazilian media

Bianca Neves Borges Da **SILVA**  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar  
São Carlos, Brasil  
[bia.nbs19@gmail.com](mailto:bia.nbs19@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-4666-449X> 

Andrea Braga **MORUZZI**  
Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar  
São Carlos, Brasil.  
[andreamoruzzi@ufscar.br](mailto:andreamoruzzi@ufscar.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-9406-3915> 

Mais informações da obra no final do artigo 

#### RESUMO

O artigo se deriva de uma pesquisa de pós-graduação cuja proposta foi dar visibilidade à maneira pela qual algumas crianças trans são visibilizadas por uma certa mídia brasileira tomando como referência o caso de Coy Matthis, posto ao ar pelo programa Fantástico da Rede Globo no ano de 2018. A problemática apresentada gira em torno de uma certa visibilidade dada à essa criança trans que a coloca em uma condição disfórica em relação ao seu corpo biológico, aos binarismos dados como pré-condição de análise dos especialistas e à condição de normalidade e felicidade dada à essa criança ligada aos ajustes do seu corpo aos scripts sociais esperados de seu gênero, postos como necessários no Programa analisado. Observa-se, nessa circunstância, que há uma criança trans "inventada" no interior de um paradigma ainda binário, cunhada como "trans" por adultos e especialistas que dentro de suas óticas adultocêntricas e binárias, enxergam e classificam a condição disfórica de Coy. A partir de um diálogo com os estudos de gênero e sexualidade e sobretudo a partir de uma abordagem Queer, indica-se a precocidade e a arbitrariedade de tal denominação: precocidade porque se trata de uma criança em plena fase de iniciação de sua vida e arbitrariedade porque essa denominação deveria vir exclusivamente da própria criança. Sugere-se pensar a criança dentro de um paradigma "neutro" e queer, por meio da qual a criança poderia ser "x", "@" e "e" sem atribuições que as definem previamente no escopo da cisgeneridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança Trans. Infância. Teoria Queer.

#### ABSTRACT

The article derives from a master's research whose proposal was to give visibility to the way in which trans children are made visible by a certain Brazilian media, taking as a reference the case of Coy Matthis, aired by Rede Globo's Fantástico program in 2018. The problem presented revolves around a certain visibility given to this trans child that puts her in a dysphoric condition in relation to her biological body, to the binarisms given as a precondition for analysis by the specialists and to the condition of normality and happiness given to this child. child linked to the adjustments of his body to the social scripts expected of his gender, placed as necessary in the analyzed Program. In this circumstance, it is observed that there is a trans child "invented" within a still binary paradigm, coined as "trans" by adults and specialists who, within their adult-centric and binary perspectives, see and classify Coy's dysphoric condition. From a dialogue with the studies of gender and sexuality and above all from a Queer approach, the precocity and arbitrariness of this denomination are indicated: precocity because it is a child in the full initiation phase of

his life and arbitrariness because that name should come exclusively from the child himself. It is suggested to think of the child within a "neutral" and queer paradigm, through which the child could be "x", "@" and "e" without pre-defined binary attributions.

**KEYWORDS:** Trans Child. Childhood. Queer Theory.

## **A POLÊMICA RELAÇÃO: SEXUALIDADE, GÊNERO e INFÂNCIA**

"É uma menina!" – Exclamam mãe e pai após cortar o bolo e encontrar a cor rosa na massa, durante o chá de bebê. Essa prática tão comum em grande parte das famílias pode parecer uma simples comemoração, mas na verdade implica esquadrihar de que forma uma vida ainda em gestação deverá ser vivida (FELIPE 2006). Ao afirmar, a partir da determinação do sexo que o bebê é uma menina ou menino, é atribuído a este pequeno ser um gênero que gera expectativas em torno de um modelo de sexualidade, gênero e infância, o que envolve delimitar os afetos, os gestos, e todo um modo de vida para esta criança. Nessa pequena historieta, a qual todos nós fomos assujeitados um dia (ou para sempre), há preposições significativas a respeito do debate do gênero, de sexo e de sexualidades. Miriam Pillar Grossi (2000) explica que o conceito sexo diferencia mulheres e homens a partir de seus aparelhos reprodutores e genitálias. Desta forma, mulheres pertencem ao sexo feminino, enquanto os homens correspondem ao sexo masculino. Há casos onde os indivíduos nascem com ambas as genitálias e são denominados de sujeitos intersexo.

Já a sexualidade de acordo com Grossi (2000), é construída socialmente e trata-se das formas pelas quais as pessoas escolhem experienciar suas relações afetivas. Michel Foucault (1976), um dos teóricos mais conhecidos no que diz respeito à sexualidade, compreende-a como um dispositivo histórico de poder, por meio do qual se produz sujeitos, sujeitos de uma sexualidade determinada, desenhada a partir de certas práticas, leis, medidas, entre outras formas, que regimentam a sexualidade de cada indivíduo e de todos ao mesmo tempo. Nesta perspectiva de Foucault (1976), indaga-se se, de fato, as pessoas escolhem viver sua sexualidade, ou se lhes é atribuída por meio de normas e convenções sociais. Roger Raupp Rios (2015), retoma a carga social que a sexualidade carrega e argumenta que a mesma é mais do que um fenômeno natural. A sexualidade abarca desejos, identidades e experiências e também orientações, expectativas, produz significados culturais, políticos, classifica, diferencia, dá direitos e deveres, permissões e exclusões diferentes entre os sujeitos binários homens e mulheres.

O processo de atribuir um modelo de sexualidade considerado natural, segundo Rodolpho Petry e Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (2011), objetiva construir uma

vida pautada na heteronormatividade social. Trata-se das regras, discursos e práticas que delineiam um arquétipo de sexualidade normatizando a maneira pela qual pessoas do sexo feminino ou masculino devem viver essa experiência a partir de determinações sociais dadas aos seus corpos, considerando a heterossexualidade como “normal e natural”, enquanto outras formas de sexualidades são encaradas como anormais e desviantes. Estas práticas específicas carregam poderes que legitimaram um comportamento sexual em detrimento de outro para controlar e excluir os indivíduos que não partilham destes padrões. Na dimensão destacada por Bagagli (2016, p.88) existe a construção de um campo de saber enredado pela medicina e pela psiquiatria que tem delimitado o que se sabe sobre corpos e identidades transgeneras. A destacar, por exemplo, o fato de que apenas em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou uma atualização da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, conhecido como CID e que nesses documentos, a transexualidade, até bem pouco tempo, era compreendida como doença mental e denominada transtorno de identidade de gênero. Na nova versão do CID<sup>1</sup> apesar de não ser mais considerada uma doença, continua no manual como incongruência ou disforia de gênero.

Johan Scott (1995), conhecida pesquisadora que se debruça sobre o conceito de gênero, o compreende como uma construção social do sexo e neste sentido, a identidade de gênero refere-se à designação de como a pessoa se vê inserida no mundo, ao mesmo tempo em que marca a maneira pela qual esta pessoa também é vista e o que é esperado dela. Entende-se nas discussões atuais, por razões políticas e éticas que o gênero de cada indivíduo deve ser autodeterminado. Ressaltamos que, historicamente tem ocorrido o movimento invasivo de atribuir um gênero para bebês e este gênero é reforçado institucionalmente ao longo da vida, visando que estes sujeitos assumam e correspondam à todas as determinações impostas ao seu gênero. Este processo busca impedir que cada pessoa experiencie, altere, crie e recrie um ou mais gêneros, ou ainda, não se reconheça pertencente à nenhuma identidade de gênero. Natacha Kennedy (2010), argumenta que o debate sobre gênero binário – masculino e feminino – está enraizado de tal forma que a sociedade, ao se deparar com alguém que manifeste oposição a essa compreensão, causa grande repulsa e intolerabilidade. A tentativa de subverter esse binarismo é crucial para indivíduos que não se reconhecem dentro das limitadas possibilidades de ser um sujeito masculino ou feminino, pois tal

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://icd.who.int/en> acesso em agosto de 2020.

como destaca Bagagli (2016), há uma diferença trans que não cabe nessa lógica "cisgenera". Bagagli explica que:

A diferença trans resiste ao que é tido como imutável, discernível e pré-estabelecido. As rupturas em relação à cisgeneridade compulsória se orientam precisamente pela transformação. Uma pessoa é trans na medida em que constrói sua identidade através de uma trajetória para o futuro ao invés de se remeter a uma síntese do passado. O gênero trans em sua diferença resiste ao imperativo de dizer a própria verdade diretamente, porque ele é contingente, fluido e se encontra em um continuum em direção ao futuro. Ele não facilmente matematizado e esquematizado segundo princípios lógicos da cisgeneridade (BAGAGLI, 2016, p. 95).

O Conceito em si de cisgeneridade tem sido bastante oportuno no que tange as teorias transfeministas para problematizar essas construções normativas e hegemônicas (BAGAGLI, 2016, p. 90)

Souza e Costa (2017) atentam para a importância de descontinuar com as práticas hegemônicas de poder. Neste sentido, a escola precisa se consolidar como espaço que proporciona debates e problematizações sobre essas práticas identitárias. Souza e Costa (2017) referem-se a essa educação como agênero, ou seja, sem quaisquer classificações ou padronizações de gênero. No entanto, o que vemos é uma educação, ora omissa às questões de gênero e sexualidade, ora identitária, reproduzindo estereótipos que enquadram e excluem indivíduos e que inserem crianças que não se identificam o gênero a ela atribuído, em um novo modelo identitário, com combinações que se espelham na binariedade e na cisgeneridade. Dito de outra forma, a criança trans só é "decifrada" quando se tem a [...] cisgeneridade como elemento estabilizador das coerências entre seu gênero", seu corpo, seu sexo, seus comportamentos, etc (BAGAGLI, 2016, p. 91).

Em uma sociedade cujo debate de gênero é impedido nas políticas públicas e posto de forma muito restrita no ambiente da escola, a mídia se coloca como grande formadora de opinião para o público ao abordar essas pautas. E por meio de propagandas, novelas, filmes, programas, têm investido na temática de gênero, expondo representatividades gays, lésbicas, trans e outras. A questão é que a forma como estas representatividades são apresentadas, por vezes são igualmente limitadas e reforçam ações preconceituosas e violentas, porque generificam na lógica de uma "cisgeneridade compulsória" (BAGAGLI, 2016, p. 92) que reforçam verdades sobre gêneros, que por vezes excluem diferentes sujeitos:

Certas formas espontâneas de se lidar com as verdades do gênero produzem efeitos nas formas como os sujeitos se constituem e como, na teoria e prática, se compreende os processos de subjetivação. As noções acerca de homens e

mulheres de verdade são difusas e profundamente ramificadas em todo o tecido social. A espontaneidade do aparecimento dessas verdades do gênero – incluindo aspectos como a normalidade, intencionalidade, eficácia, naturalidade e saúde – se baseiam em marcos de regulação da cisgeneridade compulsória (BAGAGLI, 2016, P. 92).

Segundo Vergueiro (2016), a cisgeneridade compulsória é uma categoria analítica que pode ser entendida na chave dos referenciais trans+feministas, queer e decoloniais que problematiza a forma pela qual corpos e identidades de gênero são normatizados de maneira pré-discursiva, binária e permanente.

A pesquisa da qual o presente artigo se deriva, apresentou o caso de *Coy Mathis* a fim de debater sobre uma criança trans apresentada em uma reportagem como uma criança em situação de anormalidade, embora em sua manchete anuncie “Uma criança como outra qualquer” e na qual, nos momentos seguintes, é posta em uma condição de anormalidade por não corresponder aos padrões de gênero à ela atribuídos. Ainda assim, o que se observa nessa exibição, é a tentativa de explicar os anseios e comportamentos de Coy a partir de uma comparação constante entre o corpo masculino com uma mente feminina, ou a mente masculina com um corpo feminino, e a manobra para se projetar a feminilidade e o gênero feminino em uma mente supostamente feminina de um corpo que é masculino. Essa orquestração normativa de corpos e gêneros é o resultado da cisgeneridade mencionadas por Vergueiro (2016) e Bagagli (2016).

Não é difícil encontrar no cotidiano de muitas crianças, tentativas de inseri-las nessas normativas que ditam a forma como devem pensar, agir, interagir, falar, brincar, vestir, entre outras práticas. As crianças aprendem a encarar como “naturais”, exemplos como o uso da cor rosa para meninas e azul para os meninos. Durante as brincadeiras carrinhos e bolas são entregues para os meninos e bonecas para as meninas, ou brincadeiras de casinha, sendo professoras, mães, enquanto os meninos podem correr, lutar e serem super-heróis. Tratam-se de pequenas segregações muito presentes na vida das crianças que produzem feminilidades e masculinidades correlatas, marcadas pela longa trajetória de generificação dos corpos infantis a partir de uma lógica cisgenera e heteronormativa. Vianna e Finco (2009) argumentam que profissionais da educação regulam e constituem uma identidade de gênero e sexual das crianças. Essa identidade é heteronormativa e uma forma de violência com indivíduos que não se enquadram nas normas. Qualquer identidade que esteja em desacordo com as convenções sociais é vista com estranheza e compreendida como anormal, patológica como diz Bagagli (2016). Todavia, as práticas consolidadas como “verdades” são

crenças que foram enraizadas socialmente e reproduzidas histórico, político, econômica, religiosa e culturalmente, até serem “naturalizadas”.

Aprendemos com Foucault (1976) que a sexualidade como é vivida atualmente foi construída por um apanhado de ideias e teorias, enraizadas socialmente, desde o século XVII quando a sexualidade era desprovida de pudor e tato. Após esse período, houve a compreensão teórica de que a sexualidade sofreu um silenciamento e uma nova configuração de família emergiu. Sendo representada pela figura do marido e esposa, o novo modelo familiar restringiu a relação sexual em sua função reprodutiva e se tornou modelo a ser seguido com o objetivo de continuar representando a sagrada família. Quanto à figura da criança, Foucault (1976, p. 9) explicita que os discursos afirmavam que elas não tinham sexo e qualquer relação afetiva e amorosa deveria ser interdita numa perspectiva de proteção à criança, embora da mesma forma fossem comuns práticas de incesto neste período. Este movimento, denominado por Foucault de repressão, buscou induzir a sociedade a acreditar que não havia nada a ser dito sobre essa questão. No entanto, a compreensão da sexualidade não era suficiente pelo viés da repressão, pois o movimento não silenciou o debate, uma vez que problematizando quem discursava sobre a sexualidade e o que tais discursos geravam, o teórico concluiu em seus estudos que o discurso sobre sexo, permeava a sociedade de forma tão minuciosa a ponto de controlar os indivíduos em seus pensamentos e comportamentos e ao não falar sobre sexualidade, a sociedade produz uma forma de sexualidade (FOUCAULT, 1976, p.17).

A partir do século XVIII, a Igreja controlava a sexualidade dos sujeitos por meio da confissão dos pecados, ritual obrigatório aos católicos, com o objetivo de controlar impulsos sexuais e alcançar o perdão divino. Outros discursos sofreram um movimento de expansão e ultrapassaram a religiosidade, chegando a outros mecanismos que também passaram a administrar o sexo (FOUCAULT, 1976). Discursos científicos e religiosos foram apropriados pela cultura ocidental e normalizaram um determinado tipo de sexualidade em detrimento de outras possibilidades. Esse movimento desencadeia uma relação de poder pelo controle da sexualidade, bem como, gera uma relação de resistência contra esse poder.

A partir desta lógica, Foucault (1976) aponta que, a fim de governar as populações, esse processo deveria ter início desde a infância. Compreendemos que ao longo do século XVIII foi construído uma nova concepção de criança. Andrea Braga Moruzzi (2012), indica práticas distintas no que tange a sexualidade e que a criança passou a ocupar um novo lugar, gerando uma infância moderna. As instituições como

igreja, família, escola, hospitais difundiram os discursos sobre sexo como formas de poder sobre as crianças e determinavam o que poderia ser dito, de que maneira, por quem e para quem deveria ser dito. Moruzzi (2012) a partir de Foucault (1976) aponta que este movimento em torno do sexo das crianças produziu um olhar sobre elas de modo que, tal como a sexualidade, a infância se configurou, na modernidade, como um dispositivo histórico do poder (MORUZZI, 2012). Olhando pela superfície, aparenta-se que nada mais é dito sobre o sexo, no entanto esse discurso está cada vez mais difundido e enraizado.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso e explicitamente [...] O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com separações e cortinas), os regulamentos para vigilância do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1976, P.31).

Somado a um viés religioso, o entendimento em torno da sexualidade das crianças foi de uma sexualidade precoce, ativa e perigosa, criadora de sujeitos perversos, sendo controlada até o século XIX. De acordo com Moruzzi (2012, p.62), "Esse dispositivo disciplina corpos, regula e normatiza a população, regulamenta o prazer e os saberes sobre o sexo e, além disso, ocupa-se, por meio desse regime sobre o sexo da preservação da espécie. A regulamentação do sexo estabelece a heterossexualidade como regime de verdade. No corpo da criança esse regime ocorre de tal forma que se estrutura num primeiro momento de forma moralista e também define como a infância deve ser vivida, produzindo uma sexualidade que separa os indivíduos em normais ou anormais, desviantes ou perversos (MORUZZI, 2012, p 96). Na sociedade contemporânea, um dos principais focos tem sido preparar a estrutura familiar, bem como outras instituições, tendo como objetivo uma suposta proteção à criança, por meio de uma rede de vigilância sobre a forma pela qual ela lida com seu corpo e com sua sexualidade.

Moruzzi (2012), destaca que a infância se constitui como um dispositivo histórico do poder pois é a partir de uma nova forma de pensar o seu corpo e a sua sexualidade como algo a ser protegido, velado, silenciado, as instituições Igreja, Estado e família principalmente disparam sobre a criança uma nova normativa. Essa nova normativa é justamente a infância. A infância moderna que nos serve como dispositivo foi desenhada em torno de uma dada compreensão de corpo, de sexualidade, de gênero, de raça etc., de maneira a tornar "normal" um gênero e uma sexualidade heteronormativos,



enredados por toda uma visão generificada de corpo em masculino e feminino, e crianças que não se identificam com essa infância passam a ser compreendidas como desviantes, portadoras de uma anormalidade ou de uma síndrome que deve ser tratada.

Observa-se nesse sentido que, ao mesmo tempo em que a chamada criança transgênero transgride essas fronteiras binárias, ela também é colocada dentro de um modelo binarista correlato a esta infância normativa, inventada pela modernidade, sobre o qual impera um ideal de como ser menino ou menina, dito de outra forma, ainda que trans, as crianças estão sempre sendo formadas para uma visão cisgenera e heteronormativa. Trata-se, portanto, de uma colocação da criança trans, transgressora por sua forma de estar no mundo, na mesma zona de conforto dos binarismos sociais pre-estabelecidos e identitários da cisgeneridade, é essa criança trans que parece ser inventada, no contexto da presente pesquisa, por uma mídia capciosa que segmentariza corpo e mente das crianças dentro desse contexto normativo. Não se enxerga a criança trans, mas a inventa de modo que ela possa ser compreendida na mesma chave binária, heteronormativa e cisgênera. Dito de outra forma, ensaiamos dizer que existe uma tentativa de apagamento da diferença da criança trans, para transformá-la em algo compreendido, explicável, tratável nas chaves hegemônicas.

## **ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADES POSSÍVEIS PARA CRIANÇAS**

Nos deparamos com essa questão: será que poderíamos pensar na criança por um viés de um gênero neutro, agênero, ou ainda como queer? Embora sejam expressões diferentes e dentro de perspectivas diversas, essas nomenclaturas se convergem na referência que fazem de sujeitos não binários. De acordo com o Manual de atendimento e abordagem da população LGBTI elaborado pela ANTRA Associação Nacional de Travestis e Transexuais, "pessoas não binárias/binárixs/bináries/binári@s: são as que não se identificam com quaisquer dos gêneros binários: masculino ou feminino"<sup>2</sup>. Refletimos sobre outros possíveis caminhos a partir do entendimento mencionado acima, de que a criança é posta sob uma normativa, a qual chamamos de infância, que não cabe todas as crianças, trata-se de uma normativa. Não generificar crianças daria à elas a possibilidade de serem crianças, não meninos e meninas apenas sob a égide da cisgeneridade, mas sobretudo, a possibilidade de viver plenamente o ser criança e desfrutar dos direitos que cabem à todas elas, sem segregações e

---

<sup>2</sup> Documento disponível em [manual-de-seguranc387a-pc39ublica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com/manual-de-seguranc387a-pc39ublica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf) Acesso em julho de 2022.



segmentações. As crianças seriam “e”, seriam “x” seriam “@”, poderiam estar na dinâmica do gênero neutro e na perspectiva de que suas identidades seriam nomeadas apenas por elas mesmas no momento em que isso lhes parecer oportuno. Essa ideia tão rascunhada nos aproxima também da percepção ainda rascunhada da criança como Queer.

A princípio *Queer* denotava um significado pejorativo aos indivíduos, similar aos termos brasileiros “viado”, “Maria sapatão”, “mariquinha”, “bicha”, “fancha”, entre outros. A Teoria *Queer* se coloca como uma possibilidade de compreender e viver o mundo, para além das normas que segregam os sujeitos em uma escala de normalidade. Faz ainda um contraponto direto à heteronormatividade que não apenas classifica como correta a heterossexualidade, mas marginaliza, exclui e violenta todas as demais possibilidades de sexualidade. Richard Miskolci 2012, aponta que essa ideologia afeta a população LGBTQIA+ ao instituir quais são os comportamentos e posicionamentos, a maneira de falar, como agir, o que vestir como viver suas vidas a partir de determinados estereótipos de sexualidade e gênero. Podemos compreender o *Queer* como campo social, além de teórico, tendo em vista que o conceito *queer* foi ressignificado e representa sujeitos excêntricos, e orgulhosos por serem considerados estranhos diante de uma normalidade imposta e arbitrária. Socialmente, ser estranho implica ser a representação física dos questionamentos sobre o que entendemos como verdades naturais. Miskolci (2009) e Miskolci (2014), explicita que a Teoria *Queer* perturba as áreas da sociedade e faz cada sujeito encarar a questão das sexualidades, dos gêneros e dos próprios corpos por outro viés, o de que o indivíduo não é algo pronto, concluído, mas sim um ser fluído, mutável, em permanente construção e transformação por meio de suas experiências e sua relação com as instituições. A Teoria *Queer* problematiza a ligação considerada natural e imutável das características sexuais primárias, secundárias e terciárias. Carlos Lizandro Calegari (2009) aborda esse tema:

As características primárias seriam aquelas vinculadas ao genital. Traços sexuais secundários são aquelas manifestações corpóreas controladas pelos hormônios ligados aos genitais. As particularidades terciárias tangem às maneiras como os indivíduos se apresentam ao mundo segundo determinado tipo de roupa, adornamentos, cosméticos que usam. Para o heterossexismo compulsório, haveria uma inflexível relação entre essas três instâncias. Em outros termos, o patriarcalismo funciona sobre a base de uma rígida homologia entre macho-masculino-homem e fêmea-feminino-mulher, sendo que essa segunda conjugação se subordina à primeira e é entendida como uma versão distorcida do masculino. Ser macho ou fêmea tem a ver com a condição biológica do indivíduo. Ser masculino ou feminino liga-se à identidade de gênero desse sujeito. Ser homem ou mulher diz respeito ao papel social que os corpos estão condenados a cumprir por toda a vida. (CALLEGARI, 2009. p. 10).

As afirmações de Calegari (2009), significam que as possibilidades de vivências nos âmbitos social, cultural, históricas, bem como o que for gerado a partir de vontades e desejos dos sujeitos, precisam ser desconsiderados. Tudo o que não for parte de uma composição homogênea de expressão, que exceder os moldes impostos, é direcionado à um movimento de anulação. Esse processo revela as formas de controle, que tem como foco as relações de gênero e sexualidade agindo como dispositivo de poder e permeando de forma minuciosa no tecido social.

Dentro dessa perspectiva observa-se que a criança é esquadrihada enquanto masculina ou feminina, antes mesmo de seu nascimento, uma vez que essa determinação ocorre junto à descoberta da característica do sexo biológico. O fato de ser designado à uma categoria correspondente vem carregado de obrigações e restrições a serem respeitadas e continuadas, a partir de sua condição feminina ou masculina. Na Teoria *Queer* a definição de um sexo biológico não define gênero e tampouco estabelece regimes de verdade que delimitarão como a vida daquele recém sujeito deve ser vivida. “Para o queer, por exemplo, uma criança que nasce com vagina (fêmea) não precisa necessariamente cumprir de forma totalmente fiel com um projeto de identidade pré-formulado (feminino, que requer que ela use vestidos, brincos, perfumes” (CALEGARI, 2009, p. 65). Jesus (2016) afirma que Butler também critica a relação direta e obrigatória do sexo biológico com a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas. Para Butler não existe um momento da vida onde a identidade do sujeito seja concluída, ao contrário, a identidade é inconclusiva, construída e transformada ao longo da vida.

Quando falamos de crianças essa discussão parece ainda mais pertinente. Por que engessar a criança desde muito pequena dentro dessas marcações que são generificadas de forma binária e que segregam suas experiências? Não se trata aqui de desqualificar qualquer luta identitária e por direitos de pessoas LGBTQIA+, mas de refletir porquê essa identidade precisa ser cravada sobre um corpo infantil? É nesta lógica *queer* que remontamos a problemática desta pesquisa, dando visibilidade às crianças que subvertem essas normas de gênero a partir do Caso Coy, problematizando uma criança apresentada como trans, notoriamente nos moldes cisgêneros anteriormente mencionados.

Nossa inquietação consiste em observar que, nessas condições, a designação trans para uma criança, ao invés de potencializar sua capacidade transgressora e transformadora, a coloca nos ditames de uma nova ordem identitária sobre a qual os

mesmos conectores binários da cisgeneridade são traçados. Assim repassamos nossas inquietações sob as palavras de Butler (2020):

Como vocês podem, como nós podemos organizar todo um sistema de visibilidade, de representação, de concessão de soberania e de reconhecimento político segundo tais noções? Vocês realmente acreditam que são homossexuais ou heterossexuais, intersexuais ou transexuais? Essas distinções são preocupantes? Confiam nelas? Baseia-se nelas o sentido mesmo de sua identidade humana? Se vocês sentem um tremor na garganta ao ouvir alguma dessas palavras, não tentem disfarçar. É a multiplicidade do cosmos que tenta entrar no seu peito, como se fosse o tubo telescópico de Herschel. Permitam-me dizer que a homossexualidade e a heterossexualidade não existem fora de uma taxonomia binária que busca preservar a dominação do páter-famílias sobre a reprodução da vida. A homossexualidade e a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade não existem fora de uma epistemologia colonial capitalista, que privilegia determinadas práticas sexuais reprodutivas como uma estratégia de gestão da população consumidora. É o capital e não a vida que se reproduz. Estas categorias são o mapa imposto pelo poder, não o território da vida. (BUTLER, 2020, p. 27-28).

Em suma Butler (2020), pontua que todas essas categorias sexuais e identitárias foram construídas e são reproduzidas com um único objetivo, continuar movimentando essa estrutura social, realizando sua manutenção desde a infância. Se pensarmos a sociedade fora deste esqueleto social atual, colonial e capitalista, todas essas categorizações perderiam sua importância.

## A INVENÇÃO DE UMA CRIANÇA TRANS

Neste artigo procuramos dar visibilidade a esta discussão a partir do caso *Coy*. *Coy* era uma criança que subvertia padrões de gênero por não se sentir confortável com o que era determinado para ela. Sua luta ficou conhecida após a escola proibir *Coy* de usar o banheiro feminino ao sair da pré escola. A reportagem, exibida pelo programa "Fantástico, o show da vida"<sup>3</sup> que tem como público alvo as famílias brasileiras, sendo exibido nas noites de domingo, resumiu-se em apresentar *Coy Mathis*, uma menina americana de classe média, que aos seis anos foi proibida de usar o banheiro feminino da escola que frequentava, pois embora "aparentasse" ser uma criança normal, *Coy* era "transexual". A notícia discorre a saga da família *Mathis* na justiça para revogar a decisão da escola e também descreve como foi o processo de entender que *Coy* era uma criança transexual. A reportagem traduz as falas de todos os entrevistados e conta com a explicação de uma psiquiatra brasileira que explica o que é a transexualidade e como identificar uma criança transexual. No desfecho, são apresentados casos de

<sup>3</sup> Reportagem videogravada e escrita disponível em: [Fantástico | Quem Sou Eu?: conheça crianças transgênero na estreia da nova série | Globoplay](https://www.globoplay.com.br/programa/fantastico-o-show-da-vida). Acesso em julho de 2022.

personalidades famosas que são transexuais e vivem “normalmente”, segundo o repórter, após serem submetidos à procedimentos médicos para readequação de sexo. A médica afirma que este pode também ser o desfecho de Coy e a família encerra com uma mensagem motivacional de aceitação dos filhos como eles são.

Everaldo Rocha e Bruna Aucar (2011) apontam que o programa Fantástico foi criado para levar espetáculos para as famílias brasileiras e se consolidou como um dos produtos mais familiares no Brasil. Rocha e Aucar (2011) indicam a ocorrência de novas necessidades humanas de consumo e os significados destes bens estão relacionados diretamente com as identidades e subjetividades dos sujeitos a partir de uma hierarquia discriminatória. Para os teóricos, estes movimentos criam diretrizes sobre como agir, pensar, interagir e as narrativas televisivas tornam-se uma espécie de espelho que irá refletir a cultura social. Desta forma, as reportagens representam produtos à venda. Dar um tratamento espetacular à notícia impulsiona seu consumo.

Segundo Jane Felipe (2006), os discursos disseminados pela mídia geram verdades, que impactam e influenciam a construção das identidades dos sujeitos. Assim, é possível afirmar que a mídia pode ser considerada espaço educativo e formador de opiniões, tendo em vista a produção de conhecimentos a respeito da vida, do mundo, de como devemos ser indivíduos socializados.

A vídeo reportagem sobre Coy, exibida em 2013, está disponível no site do programa como “Criança transexual é proibida de usar banheiro feminino em escola nos EUA<sup>2</sup>” Nossas análises acerca da reportagem estão pautadas nos estudos Queer, bem como, nos estudos de Michel Foucault e possibilitaram debater alguns pontos que consideramos principais: A apresentação de Coy como sendo aparentemente uma criança como outra qualquer, porém difórica; o processo de descoberta da família com validações psiquiátricas e pediátricas de que Coy era uma criança transexual; a explicação ao público do que é ser transexual de acordo com a psiquiatria e o que significa ter uma criança transexual na escola.

Inicialmente a narrativa elaborada pelo programa Fantástico entrega ao público Coy como criança “aparentemente normal”, como destacam os apresentadores. Destacam alguns aspectos que são considerados uma regra para medição da normalidade do sujeito, tal como o vestido rosa, brinquedo rosa, as brincadeiras e uma sonoplastia semelhante às histórias de princesas, delimitando marcadores de feminilidade que são atribuídos socialmente às pessoas do gênero feminino.

A narrativa explica que o ingresso para o primeiro ano do ensino fundamental delimitou o fim da aceitação das transgressões de Coy, onde os banheiros que eram de uso

coletivo entre meninos e meninas, passaram a ser separados por sexo e Coy foi proibida de usar o banheiro feminino. A postura assumida pela escola, evidencia seu funcionamento enquanto dispositivo de controle, como discute Foucault (1976). O controle exercido, carrega apontamentos sobre a falsa aceitação e respeito com relação à Coy enquanto sujeito de direitos, vontades e capaz de fazer escolhas. A forma como a criança se colocava e se identificava para a sociedade era considerada uma brincadeira ou fantasia tolerável até certa idade e o ingresso no primeiro ano marca o fim do “brincar” de ser menina.

Essa transição indica que a ideia de inocência infantil foi encerrada a partir de uma certa idade e a postura da criança passa a ser considerada “perigosa”, ou dito de outra forma, um “mal” exemplo para outras crianças. Coy representa um risco em potencial para as meninas diferentes dela uma vez que, apesar das roupas e cabelos longos, biologicamente Coy é um menino, como narra a reportagem. Para a estrutura social cisgênera, Coy assume um papel de menino pervertido, vestido de menina, que pode criar problemas para as consideradas “meninas de verdade”. Tais movimentos da escola consolidam a denominada pedagogização do sexo das crianças trazida por Moruzzi (2012) a partir de Foucault, que evidencia a necessidade de vigiar e moldar a criança na escola e na família e em todas as instituições a partir de um modelo específico de infância que é também atravessada pela cisgeneridade.

León (2010) aponta que por meio de uma disciplina social existe a expectativa de uma correspondência entre o sexo anatômico, a genitália e o que seria o sexo social definindo que cada pessoa tenha uma identidade sexual única e imutável. Partindo desta análise de Leon (2010), a genitália de Coy sendo masculina o impede de ser uma menina e todos os artefatos masculinos é que correspondem ao que Coy deve consumir e reproduzir, incluindo o uso do banheiro masculino. O dispositivo da sexualidade cunhado por Foucault (1976), composto pelos conhecimentos, práticas, experiências, regras, instituições, discursos e saberes, é o que faz com que, os sujeitos sejam moldados e cumpram com as expectativas sociais de um ser masculino. Estes saberes sobre sexo, estabelecem verdades e validam uma normalidade em torno da sexualidade, evidenciando a criação também de uma anormalidade. A forma como o repórter apresenta ao público, afirmando que à primeira vista Coy parece ser uma criança como outra qualquer, exemplifica esse enquadramento da criança em categoria de anormalidade e se torna um indivíduo desviante, disfórico.

Judith Butler (2003) externa que tanto sexualidades como gêneros são construções sociais, mas sobretudo, são performances exprimindo uma identidade que é produzida. Neste sentido, performar não como um ato teatral, mas como a ocorrência de repetição de

práticas que constituem significados para cada pessoa. O pensamento de Butler (2003) implica no desmonte de feminilidades e masculinidades instituídas como verdadeiras. Neste sentido, Coy não se torna menino porque a ciência assim o determina, nem uma criança transexual como o repórter apresenta, e tampouco se torna menos menina do que qualquer outra.

Portanto, a obstrução do uso do banheiro feminino na escola não poderia ser concebida, uma vez que a criança estaria na performatividade de sua identidade. Butler (2003) rompe com o essencialismo que argumenta sobre um corpo natural, e visibiliza um corpo constituído de forma processual e impermanente. Em outras palavras, ao longo da vida, a educação, os meios sociais, as experiências, a cultura, entre outros aspectos é que irão compor um indivíduo mulher, homem, ou o que este indivíduo quiser ser. A teórica afirma “[...] mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2003 p. 59).

A partir de Butler (1999; 2003), compreendemos que se ser mulher representa um processo impermanente e fluído, Coy não poderia ser esquadrihado socialmente como menino, menina ou menina transexual. Observamos que essa identidade transexual de Coy, que a define dentro de um modelo binário do que é ser menino ou menina, foi inventada pela mídia, para um público que organiza seu pensamento de modo binário. Todas as associações que se fazem nessa apresentação de Coy são correlatas ao que se entende socialmente por algo atribuído à meninas ou meninos, e é deste modo que Coy é enquadrada em uma menina trans, ou um menino com disforia de gênero, ou um corpo de menino com uma cabeça feminina, ou seja, o binarismo está constantemente presente nessa identificação. A infância representa socialmente a primeira etapa da vida humana (ainda que a concebamos como um dispositivo), as práticas são iniciadas, as escolhas, os aprendizados, as vivências de um longo processo, e a Teoria Queer nos possibilita pensar a existência e criação de novas formas de ser menos rígidas, não binárias ou definitivas. Neste sentido Butler questiona:

Que performance inverterá a distinção interno/externo e obrigará a repensar radicalmente as pressuposições psicológicas da identidade de gênero e da sexualidade? Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e do feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (BUTLER, 2003, p. 198).

O projeto midiático que analisamos se insere na tentativa de não olhar Coy na sua diferença trans, mas sim de esquadrihá-la nos esquemas binários conhecidos

socialmente, trazendo para ela um final feliz associado à cirurgia ou readequação de sexo que viria a sanar todos possíveis desconfortos que Coy poderia vir a ter na adolescência, e então sentir-se mulher trans. Trata-se de um tipo de ordem discursiva que dá à sexualidade um final feliz quando reconhecida socialmente dentro de determinados padrões. Nessa perspectiva é que entendemos aqui que uma criança trans foi inventada, isto é, posta dentro dos padrões binários socialmente “aceitos”. Pensar a criança como Queer seria considerar àquilo que ela embaralha, àquilo que ela transforma e interroga, ou seja, permitiria reconhecer a existência de uma sexualidade que não almeja o centro, com um raciocínio que desafia normas, regras sociais, estereótipos e arca com o desconforto do ambíguo, de ocupar os entrelugares. (LOURO, 2016, p. 8).

Ao encontro dos debates de Louro (2016), Euridice Figueiredo (2018), fala sobre o *queer* visibilizar práticas que não convergem com a heteronormatividade, bem como apresenta uma teoria que traz novos dispositivos que desarticulam padrões sociais e portanto, não objetiva se consolidar como uma categoria padronizada. É exatamente este o ponto conflitante entre as contribuições dos estudos *queer*, e a argumentação dada pela psiquiatra na reportagem sobre Coy, uma vez que o posicionamento médico entrega à Coy (e ao público que assiste ao programa) uma espécie de *script*, baseado em fundamentações biológicas binárias que indica a presença de comportamentos que tornam uma criança transexual ou até mesmo homossexual segundo a médica.

Nos inquieta pensar que uma criança, no começo de sua vida, ainda se percebendo no mundo e construindo relações afetivas (e não sexuais), pode ser categorizada por uma ordem médica como uma criança trans com base na relação entre sua anatomia física e nos scripts socialmente destinados à ela segundo sua constituição biológica. Se Coy afirmar ser uma menina, ela, imediatamente é uma menina. Entretanto, cores, brinquedos, artefatos culturais, representações de papéis socialmente atribuídos à meninos e meninas (homens e mulheres) e quaisquer procedimentos médicos, não a tornam mais ou menos menina. O que a define é sua auto-identificação. A fluidez e a performatividade do gênero e da sexualidade de Coy, possibilitam que ela transite e seja menina o quanto quiser e construa, transforme ou reproduza feminilidades, masculinidades ou outros movimentos como melhor se identificar.

À família, à escola, à ciência cabem garantir que Coy seja vista e respeitada enquanto criança, tenha acesso e garantia de direitos como todas as crianças devem ter. Marcar corpos infantis com identidades pré-inscritas no segmento social binário e atribuir à essa criança uma identidade é um ato, no mínimo, desrespeitoso e invasivo. Sendo performáticos



como afirma Butler (2003), a sexualidade e identidades só podem ser afirmadas pelos próprios indivíduos, sem a necessidade de cumprir com modelos preestabelecidos, compreendendo que a existência de sujeitos trans e todas as identidades e não identidades, carregam o respeito à forma como o próprio sujeito se vê e se apresenta socialmente. Coy pode se reconhecer enquanto trans, mas essa identificação cabe somente à ela, e por quanto tempo desejar.

Louro (2004), a partir dos estudos de Butler também destaca os processos de masculinização e feminilização de corpos em formação, partindo de características corporais físicas que são socialmente consideradas diferenças e portanto, carregam significações também diferentes. Foi o que aconteceu com Coy. É esperado o cumprimento de uma linearidade entre: sexo - cultura - gênero - sexualidade.

Essa linearidade institui o sexo como a-histórico, imutável e binário, determinando o gênero do feto e, por meio da cultura, controla e molda o indivíduo para cumprir com as expectativas de gênero, incluindo viver sua sexualidade da única maneira possível apresentada dentro desta lógica, como explica Louro. “As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, têm poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual.” (LOURO, 2004, P.44).

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos - continuados, reiterativos, repetidos, objetivando produzir em todas as instâncias, sujeitos regulados e limitados. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, reiterando as normas que regulam os gêneros e as sexualidades, buscando garantir que não haja desvios ou transgressões. Coy é uma transgressão, por isso é importante tentar enquadrá-la em algum lugar e delinear um modelo para que seja aceita.

A reportagem em análise afirma que o “desvio” foi constatado. Após tanta insistência de Coy afirmar ser uma menina e a família presenciar diversos episódios com a criança, resolveram procurar ajuda psiquiátrica e pediátrica e foi constatado: Coy era uma criança transexual. É importante destacar que a narração da reportagem brasileira apresenta o conceito transexual, enquanto o áudio original apresenta Coy como uma criança transgênero. Esse detalhe se torna crucial quando a psiquiatra na reportagem, chamada pelo Fantástico, começa a explicar como se identifica uma criança transexual e principalmente, apresenta a transexualidade como um problema vivido pela criança, por não estar satisfeita nunca com seu corpo, segundo a médica, e essa condição poderá ser

transformada futuramente quando Coy puder realizar a cirurgia para mudança de sexo e realizar a tomada de hormônios.

A psiquiatra procura apresentar ao público um caminho para normalizar Coy, socialmente, que significa entregar um sujeito à sociedade sem traços ou espectros ditos masculinos. Desta forma fica imperceptível saber que Coy nasceu biologicamente com o sexo masculino. No entanto, quem garante que Coy continuará se identificando enquanto menina quando crescer? É possível que sim ou não. Mas mesmo afirmando-se como menina, mulher, cirurgias e medicamentos são obrigatórios para validar sua feminilidade perante a sociedade. Caso contrário o indivíduo não é aceito, causa estranheza uma mulher com barba e voz grave.

Louro (2000 e 2004), destaca que a sexualidade é pessoal e política, construída no decorrer de uma vida inteira e de incontáveis maneiras e não apenas uma. O caráter discursivo que a sexualidade possui onde, as normas concretizam o sexo dos indivíduos, apresenta brechas onde ocorrem subversões. Nestas brechas encontramos o pensamento e o ser queer, que não almeja reduzir-se à uma categoria, tampouco ser tolerado, mas assume o inconcluso, incomoda e impressiona por não ser enquadrado em moldes sociais. Segundo Louro (2004), as pessoas questionam sobre sexualidade a fim de descobrir se esse “problema” pode ser corrigido. A reportagem, por meio dos laudos médicos, apresenta essa solução.

A reportagem apresenta uma família que apoiou, respeitou a forma como a criança se identificava no mundo. Antes dos laudos médicos, não havia um entendimento por parte dos familiares do que as práticas de transgressões realizadas por Coy significavam, havia uma estranheza e preocupação em decorrência de crises depressivas logo na primeira infância, como a família relata, demonstrando o quanto é escasso o diálogo sobre crianças que fogem às normas sociais.

A reportagem também apresenta uma “criança transexual”, que saiu da escola por ser discriminada, entretanto, não foca na gravidade das experiências excludentes de Coy e como a criança estava sendo marginalizada, tampouco destaca o preocupante posicionamento da escola, mas enfatiza um processo médico que Coy deverá enfrentar futuramente para sentir-se menina e enquadrada à normalidade e ser aceita podendo usar um banheiro feminino. É por esse motivo são apresentados ícones de sucesso, ocupando lugares de destaque na hierarquia social, dando a entender que Coy poderá, como esses sujeitos, realizar os procedimentos médicos normativos. Zanette e Felipe (2017), destacam que tais procedimentos configuram um caminho amplo e com muitas variáveis para que a pessoa se sinta identificada enquanto homem, mulher, ou outra identificação e a

reportagem do programa Fantástico coloca a cirurgia e hormonização como condição para que Coy se torne de fato uma menina/mulher e sane os “problemas” de identidade demarcados pela reportagem.

A proibição do uso do banheiro feminino por parte da escola à Coy foi o estopim da crise. Neste sentido é importante analisar o papel da escola no trabalho com as questões de gênero e sexualidade. Louro (2009) retoma Foucault (1997) para analisar as verdades discursivas e ações regulatórias, que delineiam se o sujeito se torna abjeto. O poder disciplinar reorganiza espaços, criando um território de vigilância minuciosa para cumprimento das normas sociais. Na escola, o espaço do banheiro se coloca como um ponto cego e crucial desta vigilância, tendo em vista que a criança o frequenta sozinha, sem nenhum funcionário para desempenhar o papel de vigia. Coy representa um papel de perigo, ou como a reportagem apresenta, um risco ao cumprimento das normas disciplinares, pois, ela por si só já representa um descumprimento das regras sociais, um desvio.

Foucault (1997) também salienta que as relações de poder desencadeiam um contrário, de resistência. No caso, essa resistência diz respeito à todas as ações da família junto ao advogado para revogar a determinação da escola de Coy, bem como a aceitação e valorização da identidade de Coy. A escola foi fundamental para a invenção da criança trans visibilizada ao público pela mídia nessa dimensão: Uma criança perigosa. A proibição do banheiro feminino, exemplifica a norma que institui lugares de meninos e lugares de meninas e que é ensinada por vários atores como aponta Louro:

A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar. (LOURO, 2008 p.22).

Zanette e Felipe (2017) também debatem acerca de limites para constatar a transexualidade manifestada em crianças, na infância e qual seria a linha que separa compreender essa denominada pela mídia como criança transexual ou confundir com práticas estereotipadas e sexistas, organizadas socialmente para o feminino e o masculino. Para compreender a transgeneridade é preciso reconhecer a complexidade que abarca os modelos de gênero rigidamente estabelecidos no âmbito da sociedade e da cultura que esta produz.

Transformações corporais têm como finalidade fazer com que os sujeitos sintam-se pertencentes ao gênero que corresponde à sua identificação, minimizando ou desconstruindo o estranhamento de si mesmos. Tais mudanças não são um protocolo aos

transexuais, mas são formas de reajustar seu pertencimento social. Zanette e Felipe (2017) destacam, portanto que não se trata de esquadrihar crianças em identidades precoces, e sim atentar para os modelos de gênero que atravessam crianças desde antes do nascimento. As performances são transformadas pelas práticas e discursos, como afirma Butler (2003), deixando em aberto possibilidades de identidades. Torna-se precipitado e invasivo categorizar qualquer indivíduo em uma identidade permanente, especialmente enquanto criança, momento em que a constituição de ainda é incipiente.

O que a reportagem fez com Coy, ao traçar como será sua vida ideal antes e após uma cirurgia de readequação de sexo foi prendê-la numa identidade trans normatizada sob a lógica cisgênera. Crianças podem ser transgressoras, transformadoras, inquietadas com as normas de gênero que lhes são impostas desde o início de suas vidas, mas a tentativa de enquadrá-las em um terceiro sexo, sob uma delimitação médica, social e política que determina a maneira pela qual esse terceiro sexo deve ser e se enquadrar, é igualmente violenta. Trata-se de uma tentativa de inventar uma chamada criança transexual que caiba nos moldes socialmente produzidos e aceitos ainda sob a égide binária do masculino e feminino.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Este estudo se pautou nos debates sobre crianças que não se identificam com padrões de gênero impostos socialmente. Tais padrões são reforçados dentro de instituições como igrejas, escolas e famílias, sendo carregados por um viés cisgênero que impossibilita a ocorrência de uma multiplicidade de formas de expressões infantis, bem como, violam seus direitos básicos enquanto seres humanos. Observou-se que a mídia, de forma geral, tem retratado essas crianças de uma forma tão desrespeitosa quanto as instituições anteriormente citadas. Enquanto as escolas, as igrejas e as famílias, por vezes, negam a existência dessas crianças, à mídia traz à tona uma fôrma para a criança trans que é, por vezes, patologizada, disfórica, que necessita de intervenção e tratamento médico. Nessa pesquisa, tomamos como exemplo dessa narrativa a reportagem sobre *Coy Mathis* produzida pelo programa televisivo "Fantástico" e a analisamos, sobretudo, a partir da Teoria Queer, problematizando a maneira pela qual essas identidades estão sendo construídas e reafirmadas por instituições sob um viés ainda binário e socialmente aceito sobre o que é ser menino ou menina. Procuramos contribuir com o debate sobre Crianças que são taxadas como transexuais na tentativa de defender suas existências, expondo a violência que sofrem

quando são negligenciadas, ridicularizadas de alguma maneira quando tentam expor os seus desejos, ou ainda, quando são engessadas em uma identidade cisgênera e apresentada como “disfórica” que somente será feliz quando “ajustada” socialmente. Observa-se que a mídia analisada apresenta orientações médicas sobre crianças trans como sujeitos que possuem uma espécie de anomalia, necessitando de medicações e operações a fim de sanar, ou minimizar o que é visto como um “problema”. Coy é exemplo da realidade de muitas crianças trans marcadas pela mídia, pela medicina e por outras instituições.

Sem pretensão de finalizar os debates, mas ao contrário, movimentá-lo por dentro das perspectivas que defendem os direitos de TODAS as crianças, partimos do entendimento de que essa forma de prescrever o trans só existe no universo que é binário, heteronormativo (BUTLER, 2003) e sem dúvida esse universo existe e vivemos dentro dele dia a dia, sendo medidas, classificadas, nomeadas e identificadas. Entretanto, aferir uma identidade trans para um indivíduo em iniciação como é a criança, é, no nosso entendimento, uma reação adultocêntrica e violenta, primeiro porque essa identificação tem sido feita por médicos, pedagogos, especialistas de diferentes áreas que tomam como referência o que é socialmente estipulado para meninos e meninas, segundo porquê a identificação de qualquer indivíduo na vida adulta deve partir dele próprio, isto é, por meio de uma auto-identificação, e porque com as crianças não?

A ideia deste texto foi visibilizar a maneira pela qual essa criança do caso estudado, denominada criança transexual, é inventada, não porque ela não exista, mas ao contrário, porque sua existência é prescrita em uma normativa pré-estabelecida, cisgenera e heteronormativa. A diferença da criança trans é apagada, silenciada por aquelas que falam sobre/por ela. Tentamos avançar no debate no sentido de pensar que a criança, como sujeito de direitos, não deveria ser identificada por outros, sujeitos adultos binariamente subjetivados e generificados.

Ao dialogarmos com as teorias queer tentamos caminhar no sentido de pensarmos na criança como um sujeito potencialmente transgressor, por não estar totalmente adentrada na cis/heteronormatividade, e por estar, por assim dizer, em um processo de iniciação como diz Guatarri (1987). Provocamos no sentido de indagar se as crianças não poderiam ser olhadas no espectro de um gênero neutro – “x”, “@”, “e”, sem marcas generificadas mas dentro dessa dimensão mais complexa de “crianças” até que elas mesmas possam, se quiserem, se auto-identificarem.

## REFERÊNCIAS

- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. "**Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'**". 1n: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.
- CALEGARI, Lizandro Carlos. A perspectiva queer: apontamentos teóricos. **Revista Guavira**. Número 6. Ano 2009, p. 1-12.
- FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. **Revista tecnologia e sociedade**. Volume 2, Número 3, 2006, p. 251-267.
- FIGUEIREDO, Euridice. **Desfazendo o gênero. A teoria queer de Judith Butler**. Dossiê sáfico. CRIACAO & CRITICA | N. 20 | 2018
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I. A vontade de saber**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal. 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Crianças trans: memórias e desafios teóricos**. III Seminário internacional enlaçando sexualidades. Universidade do Estado da Bahia, 2016.
- KENNEDY, Natacha. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. Universidade de Londres/Inglaterra. **Revista Cronos**. Volume 11, número 2, 2010, p 21-61.
- LEÓN Adriano Azevedo Gomes. De. *As Artes da Tirania: sexo, Foucault e Teoria Queer*. **Árius Revista de Ciências Humanas e Artes**. v. 16, n. 1/2, 208 p., jan./dez., 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto Editora: Porto, 2000
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista: Estudos feministas*, ANO 9, 542 2º semestre, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte. 2000, 173p.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth.; NETO, Alfredo-Veiga. (Ogrs.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte. Estudos foucaultianos, Autêntica editora. 2009, 538p.

LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 363-369.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008, p 17-23.

GUATTARI, Félix. As creches e a iniciação. In: GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p/ 5-8.

REDE NACIONAL DE OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Manual de atendimento e abordagem da população lgbtqi por agentes de segurança pública**. 1ª EDIÇÃO - DEZEMBRO/2018. Disponível em [manual-de-seguranc387a-pc39ablica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf \(wordpress.com\)](http://manual-de-seguranc387a-pc39ablica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf (wordpress.com)). Acesso em julho de 2022.

MISKOLCI, Richard. DOSSIÊ: A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer. **Revista Florestan Fernandes**. Dossiê Teoria Queer. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

MORUZZI, Andrea. Braga. A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância –São Carlos, UFSCar, 2012, 188p. **Tese de doutorado** – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

RIOS, Roger Raupp. Minorias, direitos de crianças e adolescentes: notas sobre o reconhecimento, proteção e promoção nas perspectivas do direito da sexualidade e do direito da antidiscriminação. **Revista Hindu** 6(2): Página 16-24, 2015.

SOUZA, Ismael Francisco de, COSTA Maria Carolina dos Santos. Educação não binária de crianças e adolescentes e a implementação de políticas públicas para a promoção da orientação agênero. **Seminário Nacional demanda social e políticas públicas na sociedade contemporânea**, 2017.

VERGUEIRO. Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado, Universidade <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras> Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017. 164 Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ZANETTE, Jaime Eduardo, FELIPE, Jane. **Dos enigmas da infância**: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero. Porto Alegre, UFRGS. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.



## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA

#### QUEM "INVENTOU" ESSA CRIANÇA TRANS? O CASO DE COY MATHIS E A VISIBILIDADE DE UMA CRIANÇA TRANS NA MÍDIA BRASILEIRA

Who "invented" this trans child? The Case of Coy Mathis and the visibility of trans children in the Brazilian media

**Bianca Neves Borges Da Silva**

Mestre em Educação  
Universidade Federal de São Carlos  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Cidade, Brasil.

[bia.nbs19@gmail.com](mailto:bia.nbs19@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-4666-449X>

**Andrea Braga Moruzzi**

Doutora em Educação  
Universidade Federal de São Carlos  
Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas  
São Carlos, Brasil.

[andreamoruzzi@ufscar.br](mailto:andreamoruzzi@ufscar.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9406-3915>

### ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Francisco Schiavone, 970 Jardim Beatriz. 13.575-070 São Carlos, SP, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Universidade Federal de São Carlos que proporcionou o respaldo durante toda a pesquisa de mestrado, à minha orientadora Andrea Braga Moruzzi por toda parceria, aos meus familiares e amigos.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** B. N. B. Da Silva, A. B. Moruzzi

**Coleta de dados:** B. N. B. Da Silva, A. B. Moruzzi

**Análise de dados:** B. N. B. Da Silva, A. B. Moruzzi

**Discussão dos resultados:** B. N. B. Da Silva, A. B. Moruzzi

**Revisão e aprovação:** B. N. B. Da Silva, A. B. Moruzzi

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste

periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

**PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

**EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

**HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 08-05-2022 – Aprovado em: 26-06-2022